AGRODROPS

CORRESPONDÊNCIAS PARA ESTA SEÇÃO DEVEM SER ENVIADAS
PARA O E-MAIL AGRODROPS@AGROANALYSIS.COM.BR

PRIORIDADE NO REGISTRO DE DEFENSIVOS

O Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento (MAPA) definiu os produtos com prioridade nas análises de registros em 2017. A lista foi apresentada na 2ª Reunião Ordinária do Comitê Técnico de Assessoramento (CTA) da Agência Nacional de Vigilância Sanitária (Anvisa), com a presença do Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis (Ibama). Estes três órgãos são os responsáveis pela liberação de defensivos no Brasil.

Foram priorizados 53 produtos de diversos fabricantes. As primeiras posições foram dedicadas aos agroquímicos no controle de mosca branca, bicudo, capim-amargoso, buva, mofo branco, ferrugem asiática e *Helicoverpa armigera*.

ACORDO BILATERAL ENTRE BRASIL E RÚSSIA

Os governos do Brasil e da Rússia trabalham para dobrar o comércio corrente no agronegócio entre os dois países de US$ 5 bilhões para US$ 10 bilhões em cinco anos. Os brasileiros mostram interesse em ampliar o mercado de lácteos e de carnes bovina, suína e de frango, enquanto os russos manifestam a intenção de exportar pescados, principalmente bacalhau. Técnicos dos dois países discutem a concessão da *prelisting* – a relação dos estabelecimentos exportadores entregue ao país importador – e tratam de investimentos, cooperação científica e tecnológica e participação em feiras e congressos para promoção dos produtos.

AUMENTO NA MISTURA DE BIODIESEL

A proposta para a antecipação do aumento na mistura obrigatória de 9% de biodiesel no diesel comercializado no Brasil – o chamado B9 – para julho próximo, e do B10 para março de 2018, deve ser levada ao Conselho Nacional de Política Energética (CNPE). Esta medida está prevista na Lei nº 13.263/16. A ociosidade média no setor é da ordem de 50%. Cerca de quinze unidades de produção estão paralisadas. Essa demanda vem da Frente Parlamentar Mista do Biodiesel (FrenteBio), da União Brasileira do Biodiesel e Bioquerosene (Ubrabio), da Associação dos Produtores de Biodiesel do Brasil (APROBIO) e da Associação Brasileira das Indústrias de Óleos Vegetais (ABIOVE).

SHUTTERSTOCK



iLPF EM NÚMEROS

A integração Lavoura-Pecuária-Floresta (iLPF) é uma estratégia de produção agropecuária que integra diferentes sistemas produtivos, agrícolas, pecuários e florestais dentro da mesma área. A meta estipulada pelo Plano de Agricultura de Baixo Carbono (ABC) era de aumentar em 4,00 milhões de hectares a área com iLPF em todo o País até 2020. Mas, nos últimos cinco anos, o incremento já foi de 5,96 milhões. No Acordo de Paris, sobre mudança do clima, o Governo adicionou mais 5,00 milhões de hectares com sistemas iLPF, totalizando 9,00 milhões até 2030.

Para mais informações, acesse: **www.ilpf.com.br**

EVOLUÇÃO DA iLPF

ANO	Área (milhões de hectares)
2005	1,87
2006	2,60
2007	3,32
2008	4,05
2009	4,78
2010	5,51
2011	6,70
2012	7,89
2013	9,08
2014	10,30
2015	11,50

Fonte: Rede de Fomento ILPF

COBRANÇA DO FUNRURAL

No seu segundo julgamento, o Supremo Tribunal Federal (STF) aprovou a constitucionalidade da cobrança do Fundo de Assistência ao Trabalhador Rural (FUNRURAL), com seis votos a favor e cinco contra. O cálculo envolve a cobrança de uma alíquota de 2,1% sobre a receita bruta da comercialização da produção agrícola devida pelo produtor rural pessoa física, segundo o artigo 25 de Lei nº 8.212/91. O tributo é usado para auxiliar o custeio da aposentadoria dos trabalhadores rurais.

DEFENSIVOS AGRÍCOLAS EM TÊNUE QUEDA

Com a desvalorização do real diante do dólar e a estreita disponibilidade de recursos de custeio para o crédito rural, a comercialização de defensivos agrícolas apresentou tênue redução em relação à temporada anterior. Com menores vendas, os inseticidas perderam a liderança para os fungicidas, que aumentaram. O prazo de recebimento dilatou de 222 dias para 327 dias entre 2014 e 2016. De acordo com Silvia Fagnani, diretora executiva do Sindicato Nacional da Indústria de Produtos para Defesa Vegetal (SINDIVEG), a receita do setor deverá fechar com baixa de 2% a 3% neste ano.

BRASIL: VENDA DE DEFENSIVOS AGRÍCOLAS
(US$ BILHÕES)

ANO	2011	2012	2013	2014	2015	2016
Inseticidas	2,95	3,61	4,55	4,89	3,17	2,77
Herbicidas	2,74	3,14	3,74	3,90	3,09	3,06
Fungicidas	2,32	2,47	2,59	2,91	2,90	3,25
Acaricidas	0,11	0,10	0,12	0,12	0,10	0,10
Outros	0,38	0,40	0,45	0,43	0,35	0,38
TOTAL	**8,49**	**9,71**	**11,45**	**12,25**	**9,60**	**9,56**

Fonte: SINDIVEG

SHUTTERSTOCK



TAXAÇÃO NO ETANOL IMPORTADO

O ministro do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento (MAPA), Blairo Maggi, recebeu um documento com mais 400 páginas, entregue por dezoito parlamentares (entre senadores e deputados federais), que pede a reativação da taxação de 20% na importação de etanol. A tarifa de importação foi zerada em dezembro de 2010, no primeiro governo Dilma. Esse pedido teve caráter de urgência, tendo em vista o grande aumento na importação de etanol no primeiro trimestre deste ano: 735 milhões de litros, o que corresponde a mais de 40% superior a igual período do ano passado. Esta quantidade compete e causa distorções no mercado nacional.

PICO DE BAIXA NA SAFRA DE LARANJA

A última Pesquisa de Estimativa de Safra (PES) de laranja da safra 2016/17, referente ao parque comercial citrícola de São Paulo e Minas Gerais, apontou uma produção 18,4% inferior à da safra anterior. É a menor colheita desde a safra 1988/89, de 214 milhões de caixas. A primeira PES da safra 2017/18, para o ano agrícola que vai de 1º julho a 30 de junho, deverá ser anunciada neste mês. Produtores e indústrias projetam uma recuperação sensível na colheita, diante da situação do pomar após as condições climáticas favoráveis.

PRODUÇÃO DE LARANJA
(MILHÕES DE CAIXAS DE 40,8 QUILOS)

SAFRA	Número de caixas
2010/11	268,3
2011/12	428,0
2012/13	385,4
2013/14	268,4
2014/15	289,9
2015/16	278,9
2016/17	245,3

Fonte: Fundecitrus; FEA-RP/USP; FCAV/Unesp

REFORMA NO REGIME AÇUCAREIRO DA EUROPA

A cana produzida em países como Jamaica, Fiji e Suazilândia será afetada com a decisão da União Europeia (UE) de remover limites sobre a produção própria de açúcar de beterraba a partir de outubro. Sem os benefícios do acesso livre de impostos e cotas para 1,6 milhão de toneladas de açúcar bruto, próximo da metade das importações feitas pelo bloco, essas nações não possuem competitividade em produtividade e custo.

Esse acordo comercial com as nações produtoras de açúcar da África, do Caribe e do Pacífico remonta ao nascimento da Comunidade Econômica Europeia (CEE) – germe da UE –, em 1957.

LOGÍSTICA SEM A BR-163

A capacidade de exportação do distrito de Miritituba, no município de Itaituba, localizado no estado do Pará – com seis terminais privados, construídos a R$ 1,5 bilhão cada um –, é de 16 milhões de toneladas, o correspondente a 30% das exportações brasileiras. De lá, a soja é escoada via barcaças pelo rio Tapajós até Santarém-PA, de onde segue de navio para outros países. Mas, falta asfaltar 189 quilômetros na rota do Mato Grosso ao Pará (BR-163), a metade deles até Miritituba. O custo da obra é de R$ 2 bilhões. A alternativa é levar a produção até os Portos de Paranaguá (PR) e Santos (SP), encarecendo em 40% a 50% o transporte da carga, que vai para R$ 300 a tonelada. O asfaltamento começou por volta de 2002.

amaggi.com.br



PROPOSTAS PARA O AGRONEGÓCIO

O Grupo de Trabalho (GT) do Agronegócio, que faz parte do Conselho de Desenvolvimento Econômico e Social (CDES) – conhecido como "o Conselhão" –, entregou ao presidente Michel Temer as propostas para o setor. Os conselheiros definiram quinze propostas, divididas em cinco temas: agronegócio; ambiente de negócios; educação básica; desburocratização e modernização do Estado; e produtividade e competitividade.

Fundamental para a competitividade das produções agropecuária e florestal, foi apontada a necessidade de se estabelecer a plurianualidade para o Plano Safra, de modo a dar uma visão de médio prazo para o setor. Na ampliação do acesso a mercados externos, estimulou-se a celebração de acordos comerciais, com a promoção da sustentabilidade da produção e de mecanismos de agregação de valor. Para completar, defenderam-se ações que destravem os investimentos na adequação da infraestrutura logística, com segurança jurídica e parcerias público-privadas.